

**HABEAS CORPUS Nº 473.151 - SP (2018/0264263-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
WAGNER RIBEIRO DE OLIVEIRA - SP0265925  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : SAMARA CARDOSO DE SOUZA (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de SAMARA CARDOSO DE SOUZA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Os autos dão conta de que o Juízo da Unidade Regional de Departamento Estadual de Execução Criminal da Comarca de Ribeirão Preto – DEECRIM 6ª RAJ, em razão de superveniente condenação, além de converter a pena restritiva de direitos em privativa de liberdade e de estabelecer "*o regime prisional fechado para início do cumprimento da pena privativa de liberdade aplicada, relativamente a todas as condenações impostas*" (e-STJ fl. 108), determinou, ainda, "*a elaboração de cálculo de pena, observando-se que, aplicada a regra prevista no artigo 44, § 4º, parte final, do Código penal, se o caso, e realizada a soma das reprimendas a cumprir, deve-se considerar, como data-base para concessão dos benefícios de progressão de regime prisional e do livramento condicional, a data desta decisão*" (e-STJ fl. 108).

Irresignada, a defesa interpôs recurso de agravo em execução perante o Tribunal de origem, que lhe deu parcial provimento "*para determinar o trânsito em julgado da condenação mais recente como termo inicial para o cômputo da progressão de regime e livramento condicional*" (e-STJ fl. 125). Eis a ementa do mencionado acórdão (e-STJ fl. 119):

*AGRAVO EM EXECUÇÃO. Unificação de penas. Conversão da restritiva de direitos ante a incompatibilidade com o cumprimento da pena em reclusão plena, no qual a sentenciada já estava recolhida, de modo a ensejar o reinício da contagem dos prazos para concessão de benefícios penais, pouco importando se decorrente o título executório de delito praticado antes ou depois de começado o cumprimento das demais reprimendas. Inteligência dos artigos 111 e 118 da LEP. Precedentes. Necessidade de se adotar a data do trânsito em julgado*

*da última condenação como data-base para o cômputo dos benefícios penais. Decisão reformada neste ponto. Agravo provido em parte.*

No presente *writ*, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo afirma que *"não há fundamentação legal que embase entendimento adotado na elaboração de novos cálculos, visto que nem a Lei de Execução Penal e nem o Código Penal preveem a nova condenação por fato anterior ao cumprimento da pena como fator interruptivo de lapsos para benefícios"* (e-STJ fl. 5).

Alega que *"não há qualquer motivo de fato ocorrido durante a execução da pena para o nobre magistrado determinar a interrupção do lapso para obtenção de benefícios, em especial no que se refere ao benefício do livramento condicional, que nem a prática de falta grave interrompe o lapso, conforme entendimento sumulado desse Colendo Superior Tribunal de Justiça: 'SÚMULA 441 DO STJ A falta grave não interrompe o prazo para obtenção do livramento condicional'"* (e-STJ fl. 7).

Sustenta que *"não há que se falar em equiparação da condenação superveniente a falta grave porque o fato que gerou a condenação é anterior ao início do cumprimento da pena do outro processo de execução. A paciente cumpre pena pelo PEC nº desde 01/07/2016, e o fato que gerou a nova execução (0001283-98.2018.8.26.0496) é datado de 06/01/2010"* (e-STJ fl. 7).

Por isso, requer *"seja reconhecida a ilegalidade da decisão que determinou a interrupção dos lapsos para progressão de regime e livramento condicional e determinar a elaboração de novo cálculo de pena, mantendo-se como data-base para fins de progressão de regime e livramento condicional o início do cumprimento da pena"* (e-STJ fl. 11).

O Ministério Público Federal, ao se manifestar, opinou pelo *"seguimento do presente habeas corpus"* (e-STJ fl. 133).

É, em síntese, o relatório.

Consoante se verifica do relatório, no caso dos autos, o Juízo da Unidade Regional de Departamento Estadual de Execução Criminal da Comarca de Ribeirão Preto – DEECRIM 6ª RAJ, em razão de superveniente condenação, além de

converter a pena restritiva de direitos em privativa de liberdade e de estabelecer "o regime prisional fechado para início do cumprimento da pena privativa de liberdade aplicada, relativamente a todas as condenações impostas" (e-STJ fl. 108), determinou, ainda, "a elaboração de cálculo de pena, observando-se que, aplicada a regra prevista no artigo 44, § 4º, parte final, do Código penal, se o caso, e realizada a soma das reprimendas a cumprir, deve-se considerar, como data-base para concessão dos benefícios de progressão de regime prisional e do livramento condicional, a data desta decisão" (e-STJ fl. 108).

O Tribunal de origem deu parcial provimento ao agravo em execução interposto pela defesa "para determinar o trânsito em julgado da condenação mais recente como termo inicial para o cômputo da progressão de regime e livramento condicional" (e-STJ fl. 125). Eis os fundamentos adotados pelo mencionado acórdão (e-STJ fls. 120/125):

*Com efeito, a agravante cumpria pena remanescente de cinco (5) anos, dois (2) meses e dois (2) dias de reclusão em regime fechado em face de condenação objeto da execução sob o número 000771-48.2017.8.26.0496, quando sobreveio informe dando conta de outro título executório, agora com imposição de reprimenda no montante de um (1) ano de reclusão em regime aberto, no caso substituída por prestação de serviços à comunidade (advinda do processo criminal nº. 0008605-23.2010.8.26.0506, PEC nº. 0001283-98.2018.8.26.0496 - fls. 45).*

*Diante de tal quadro, operou-se a "reconversão" da substitutiva, com a consequente e necessária unificação das privativas de liberdade, prevalecendo o regime inicial fechado estabelecido diante da condenação atinente a delito de natureza hedionda (tráfico), no qual a sentenciada já cumpria pena em caráter provisório, determinando-se, ainda, o reinício da contagem dos prazos para progressão de regime e do livramento condicional.*

[...]

*De outra parte – e aqui reside o ponto de insurgência principal do reclamo – curial ressaltar que a somatória das sanções pendentes de cumprimento traz como consequência lógica a reformulação (ou interrupção) do prazo aquisitivo das benesses penais.*

*A propósito, pondere-se que não se está diante de discussão atrelada ao simples cometimento de falta grave, mas, sim, de condenação superveniente apta a ensejar a unificação das penas, daí a correlata somatória das sanções pendentes de cumprimento, trazendo como consequência lógica a reformulação (ou interrupção) do prazo aquisitivo das benesses penais.*

*Assim vem se pronunciando a jurisprudência, de forma amplamente*

majoritária, sobretudo no que concerne à interrupção dos lapsos para promoção de regime prisional: “A superveniência de nova condenação no curso da execução, seja por fato anterior ou posterior ao início do resgate da sanção, enseja a unificação das penas para fins de determinação do regime de cumprimento, conforme expressamente determina o art. 111 da Lei de Execução Penal” (STJ, HC 414174/SP, Relator Ministro FELIX FISCHER, DJe 30-11-2017 grifou-se).

E, malgrado não se olvide de respeitáveis e minoritários precedentes em sentido contrário, imperioso concluir que a nova condenação criminal seja por delito anterior ou posterior ao início do desconto das penas acarretará a redefinição da data-base também para fins de livramento condicional, algo que decorre claro do disposto nos artigos 111 e 118, II, da Lei de Execução Penal.

Em igual sentir, precedentes do Excelso Pretório, competente para “dizer o Direito” em última instância: “Firmou-se na Turma o entendimento de que, sobrevindo nova condenação no curso da execução penal, a contagem do prazo para a concessão de benefícios é interrompida e passa a ter como parâmetro a pena unificada ou somada, considerando-se como termo inicial para a contagem do período aquisitivo, a data do trânsito em julgado da última condenação, não importando se o delito é anterior ou posterior ao início da execução penal” (STF, RHC 121849/MG, Relator Ministro DIAS TOFFOLI, DJe 17-6-2014 grifou-se e destacou-se).

“É pacífica a jurisprudência deste Supremo Tribunal segundo a qual, em se tratando de unificação de penas, como na espécie vertente, altera-se a data-base para a concessão de benefícios, sendo considerado como termo inicial o trânsito em julgado de última condenação. Precedentes” (STF, RHC 133934/PR, Relatora Ministra CARMEN LÚCIA, DJe 23-05-2016- sem destaque no original).

Modernos julgados desta Colenda Câmara não destoam, ficando claro que “A superveniência de nova condenação definitiva no curso da execução penal sempre modifica o prazo para a concessão dos benefícios, que passam a ser calculados a partir do somatório das penas que faltam ser cumpridas (cf. AgRg no HC 273.251/SP, 6.<sup>a</sup> Turma, Rel. Min. SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe de 06/12/2013; EDcl no AgRg no HC 257.946/MG, 5.<sup>a</sup> Turma, Rel. Min. MOURA RIBEIRO, DJe de 14/11/2013). Ressalte-se que tal interrupção, por não decorrer da prática de falta disciplinar de natureza grave, afasta a incidência dos verbetes sumulares nº 441 e 535, por falta de pressuposto lógico” (TJESP, Agravo em Execução nº. 0006692-26.2016.8.26.0496, Relator Desembargador AMARO THOMÉ, julgado 02-02-2017).

Sob diverso enfoque, importa destacar que, conforme precedentes citados, a data-base para a contagem dos benefícios deverá corresponder ao trânsito em julgado da condenação superveniente e não à data da efetiva unificação das penas, daí a necessidade de se reformar a sentença impugnada neste particular.

Na hipótese, adota-se como termo inicial a data correspondente ao

*trânsito em julgado da última condenação para a Justiça Pública (lembrando ser o título executivo inerente ao tráfico ainda “provisório”), isto é, 11 de setembro de 2.017 (consoante “ficha” observada a fls. 10/11).*

De fato, até pouco tempo esta Corte Superior de Justiça tinha o entendimento de que, sobrevindo nova condenação ao apenado no curso da execução da pena – por crime anterior ou posterior –, o marco inicial para a obtenção de novos benefícios executórios seria o trânsito em julgado da nova condenação.

No entanto, em julgamento finalizado na sessão do dia 22/2/2018, a Terceira Seção, ao apreciar o REsp n. 1.557.461/SC, da relatoria do Ministro Rogerio Schietti Cruz, alterou esse entendimento para concluir que a superveniência do trânsito em julgado da sentença penal condenatória não serve de marco inicial para a concessão de novos benefícios na execução, não podendo, assim, ser desconsiderado o período de cumprimento de pena desde a última prisão ou desde a última infração disciplinar, seja por delito ocorrido antes do início da execução da pena, seja por crime praticado após e já apontado como falta grave.

A propósito, confira-se a íntegra da ementa do mencionado acórdão:

**RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. UNIFICAÇÃO DE PENAS. SUPERVENIÊNCIA DO TRÂNSITO EM JULGADO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. TERMO A QUO PARA CONCESSÃO DE NOVOS BENEFÍCIOS. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA ALTERAÇÃO DA DATA-BASE. ACÓRDÃO MANTIDO. RECURSO NÃO PROVIDO.**

**1. A superveniência de nova condenação no curso da execução penal enseja a unificação das reprimendas impostas ao reeducando. Caso o quantum obtido após o somatório torne incabível o regime atual, está o condenado sujeito a regressão a regime de cumprimento de pena mais gravoso, consoante inteligência dos arts. 111, parágrafo único, e 118, II, da Lei de Execução Penal.**

**2. A alteração da data-base para concessão de novos benefícios executórios, em razão da unificação das penas, não encontra respaldo legal. Portanto, a desconsideração do período de cumprimento de pena desde a última prisão ou desde a última infração disciplinar, seja por delito ocorrido antes do início da execução da pena, seja por crime praticado depois e já apontado como falta disciplinar grave, configura excesso de execução.**

**3. Caso o crime cometido no curso da execução tenha sido registrado como infração disciplinar, seus efeitos já repercutiram no bojo do cumprimento da pena, pois, segundo a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, a prática de falta grave interrompe a data-base para concessão de novos benefícios**

*executórios, à exceção do livramento condicional, da comutação de penas e do indulto. Portanto, a superveniência do trânsito em julgado da sentença condenatória não poderia servir de parâmetro para análise do mérito do apenado, sob pena de flagrante bis in idem.*

*4. O delito praticado antes do início da execução da pena não constitui parâmetro idôneo de avaliação do mérito do apenado, porquanto evento anterior ao início do resgate das reprimendas impostas não desmerece hodiernamente o comportamento do sentenciado. As condenações por fatos pretéritos não se prestam a macular a avaliação do comportamento do sentenciado, visto que estranhas ao processo de resgate da pena.*

*5. Recurso não provido (DJe de 15/3/2018, grifei).*

Nesse mesmo sentido, ainda, o seguinte precedente:

*HABEAS CORPUS SUBMETIDO À TERCEIRA SEÇÃO. EXECUÇÃO PENAL. UNIFICAÇÃO DE PENAS. SUPERVENIÊNCIA DO TRÂNSITO EM JULGADO DE NOVA SENTENÇA CONDENATÓRIA. TERMO INICIAL PARA CONCESSÃO DE FUTUROS BENEFÍCIOS. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA ALTERAÇÃO DA DATA-BASE.*

*1. A superveniência de nova condenação no curso da execução penal enseja a unificação das reprimendas impostas ao reeducando. Caso o quantum obtido após o somatório torne incabível o regime atual, está o condenado sujeito à regressão a regime de cumprimento de pena mais gravoso, consoante inteligência dos arts. 111, parágrafo único, e 118, II, da Lei de Execução Penal. Em vez de haver o cumprimento progressivo de cada pena individualmente, há a soma do total de penas a serem cumpridas para que o apenado as cumpra de forma conjunta.*

*2. Inexiste respaldo legal para a alteração da data-base a fim da concessão de futuros benefícios na execução em razão da unificação das penas.*

*3. A execução da pena não se inicia apenas com a superveniência do título judicial exequível. Já se admite a execução provisória nas hipóteses de existência de prisão cautelar e, atualmente, quando há a confirmação da condenação pelo Tribunal de Justiça/Tribunal Regional e não há prisão preventiva.*

*4. Acarreta evidente excesso de execução a desconsideração do tempo de prisão antes do trânsito em julgado da nova condenação.*

*5. Ordem concedida, de ofício, para cassar o acórdão proferido no agravo em execução penal e restabelecer a decisão do Juízo da execução, proferida em 4/3/2016 (HC 381.248/MG, relator para o acórdão o Ministro Sebastião Reis Júnior, Terceira Seção, DJe de 3/4/2018, grifei).*

Dessa forma, na linha da recente orientação jurisprudencial desta Corte,

sobrevindo nova condenação no curso da execução, deverá o Juízo da execução realizar a unificação das penas impostas ao sentenciado, no entanto, não poderá, diante da ausência de previsão legal, considerar o trânsito em julgado da nova condenação como marco inicial para novos benefícios, devendo, em casos como o presente, observar, como estabelecido pela Terceira Seção (REsp n. 1.557.461/SC), a data da última prisão ou da última falta disciplinar.

Note-se que, **mesmo antes de promover essa alteração, esta Corte tinha o entendimento de que a superveniência de nova condenação no curso da execução da pena acarretava a unificação das penas e a interrupção do prazo para obtenção de novos benefícios da execução penal, exceto quanto ao indulto, à comutação da pena e ao livramento condicional.**

A propósito, confirmam-se os seguintes julgados:

*AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EM HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. SUPERVENIÊNCIA DE NOVA CONDENAÇÃO. ALTERAÇÃO DA DATA-BASE. TERMO INICIAL. TRÂNSITO EM JULGADO DA ÚLTIMA CONDENAÇÃO. RECURSO NÃO PROVIDO.*

*1. Este Superior Tribunal possui o entendimento pacífico de que a superveniência de nova condenação no curso da execução penal enseja a unificação das reprimendas, fixando-se como novo termo a quo para a concessão de futuros benefícios a data do trânsito em julgado da superveniente sentença condenatória, sendo irrelevante que o crime tenha sido praticado antes ou depois do início da execução da pena.*

*2. Verificada a superveniência de nova condenação no curso da execução da pena, é imperiosa a interrupção do lapso temporal, com a consequente recontagem do prazo para a concessão de novos benefícios (exceto para fins de livramento condicional, indulto e comutação de penas), tendo como termo inicial a data do trânsito em julgado do novo decreto condenatório.*

*3. Agravo regimental não provido (AgRg no RHC 36.946/RN, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 26/03/2015, grifei).*

*HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. DESCABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. INDULTO. DECRETO N. 7.046/09. NOVA CONDENAÇÃO NO CURSO DO CUMPRIMENTO DA PENA. REINÍCIO DA CONTAGEM DO PRAZO PARA OBTENÇÃO DE BENEFÍCIOS, EXCETO PARA INDULTO, COMUTAÇÃO DE PENA E LIVRAMENTO CONDICIONAL. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.*

*- O Superior Tribunal de Justiça, seguindo o entendimento da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, passou a inadmitir*

*habeas corpus substitutivo de recurso próprio, ressalvando, porém, a possibilidade de concessão da ordem de ofício nos casos de flagrante constrangimento ilegal.*

*- É pacífico o entendimento neste Superior Tribunal de Justiça que a superveniência de nova condenação no curso da execução da pena acarreta a unificação das penas e a interrupção para obtenção de novos benefícios da execução penal, exceto indulto, comutação da pena e livramento condicional. Precedentes.*

*Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício, para determinar que o Juízo da Vara de Execuções reaprecie o pedido de indulto, sem considerar a data do trânsito em julgado da nova condenação como marco interruptivo para concessão do benefício (HC 193.668/SP, relator Ministro Ericson Marinho, Desembargador Convocado do TJSP, Sexta TURMA, DJe de 04/09/2015, grifei).*

Dessa forma, mesmo antes da recente alteração jurisprudencial, a superveniência de nova condenação não tinha o condão de interromper o prazo para concessão do livramento condicional.

Ante o exposto, **concedo a ordem** para determinar ao Juízo da execução que promova novo cálculo de pena, considerando como marco inicial para concessão de novos benefícios a data da última prisão da paciente, excetuado, nos termos acima expostos, o lapso relativo ao livramento condicional.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator